

Mulheres e Homens em Cabo Verde

Factos e Números 2012

Mulheres e Homens em Cabo Verde

Factos e Números 2012

FICHA TÉCNICA

Mulheres e Homens em Cabo Verde-Factos e números, 2012

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

Presidente

António dos Reis Duarte

Direcção de Estatísticas Demográficas e Sociais

Alicia Mota

Mariana Neves

René Charles Sylva

INSTITUTO CABOVERDIANO PARA A IGUALDADE E
EQUIDADE DE GÉNERO

Presidente

Talina Silva

ONU MULHERES

Clara Barros

Maritza Rosabal

Design e composição

Divisão de Difusão, Instituto Nacional de Estatística

Impressão

Imprensa Nacional de Cabo Verde

ÍNDICE

Introdução	5
Igualdade e equidade de género	6
Género e direitos humanos	6
A Lei de Violência Baseada no Género	7
A Transversalização da abordagem de género	9
Seguimento da igualdade de género	12
Nota aos leitores e às leitoras	14
População	15
Incapacidade	25
Agregados Familiares	28
Migrações	32
Saúde	33
VIH	37
Educação	40
Emprego	45
Sector Informal	49
Água e Saneamento	51
Influência e Poder	56
Violência Baseada no Género	58

SIGLAS

APIS	Aids Prevention Indicators Survey
CNE	Comissão Nacional das Eleições
CSMP	Concelho Superior do Ministério Público
DIU	Dispositivo Intra Uterino
DNS	Direcção Nacional de Saúde
ICF	Índice da Condição Feminina
ICIEG	Instituto Caboverdiano para a Igualdade e Equidade de Género
IDRF	Inquérito às Despesas e Receitas Familiares
IDSR	Inquérito Demográfico e de Saúde Reprodutiva
IESI	Inquérito ao Emprego e ao Sector Informal
IMC	Inquérito Multi-Objectivo Contínuo
INE	Instituto Nacional de Estatística
ISF	Índice Sintético de Fecundidade
MAI	Ministério da Administração Interna
MED	Ministério de Educação e Desporto
MJ	Ministério de Justiça
MS	Ministério de Saúde
ND	Não Declarado
ODM	Objectivos de Desenvolvimento do Milénio
ONG	Organização Não Governamental
PM	Primeiro Ministro
PNLP	Programa Nacional da Luta Contra a Pobreza
PRG	Procuradoria Geral da República
QUIBB	Questionário Unificado dos Indicadores Básico e de Bem-estar
CIP	Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento
RGPH	Recenseamento Geral da População e Habitação
SIE	Serviço de Informação e Estatística
TMI	Taxa de Mortalidade Infantil
VBG	Violência Baseada no Género
VIH	Vírus da Imunodeficiência Humana
WASH	Water and Sanitation Health (Inquérito Água, Saneamento e Higiene)

INTRODUÇÃO

O primeiro número da publicação *Mulheres e Homens em Cabo Verde: Factos e Números* surge em 2008. Contextualizou a igualdade de género a nível internacional e nacional, e em particular os objectivos da política de igualdade e equidade de género, bem como elementos da evolução da situação das mulheres no país, reflectindo sobre os desafios que se colocam na mudança das relações de género. Apresentou os dados então disponíveis sobre a posição das mulheres e dos homens, raparigas e rapazes em todas as esferas da sociedade.

Dando continuidade ao esforço então empreendido pelo INE em produzir, sistematizar e divulgar cada vez mais informações estatísticas numa perspectiva de género, a presente publicação actualiza a situação, desta feita para 2012. Recapitula compromissos internacionais, apresenta os principais progressos em termos do quadro legal e institucional para a igualdade de género em Cabo Verde, em particular os avanços com a aprovação da Lei da Violência Baseada no Género, elementos sobre a transversalização da abordagem de género, e as inovações introduzidas para o seguimento da igualdade de género.

As estatísticas apresentadas percorrem as diferentes esferas da sociedade, actualizando informações sobre a população, os agregados familiares, migrações, saúde, VIH, educação, emprego, influência e poder, trazendo inovações em relação a algumas áreas que não haviam sido abordadas na publicação anterior, tais como dados sobre a incapacidade, sector informal, água e saneamento e VBG.

A publicação foi elaborada em parceria com o ICIEG e a ONU Mulheres e ao tornar a situação de mulheres e homens, raparigas e rapazes visível, pretende contribuir para o processo de reflexão sobre as disparidades de género, rumo a uma sociedade mais equitativa.

IGUALDADE E EQUIDADE DE GÉNERO

De acordo com as normas jurídicas internacionais e nacionais, todos os seres humanos são iguais, independentemente, da raça, sexo, religião ou naturalidade, mas o cumprimento desse princípio está longe de ser uma realidade, especialmente no que se refere à situação social dos homens e das mulheres.

A relação que se estabelece entre os seres humanos, é produto de uma construção social e vê-se condicionada pelo sexo. Não nascemos conhecendo o que se espera do nosso sexo, isso é aprendido nos processos sociais entre pessoas, instituições e sociedades. Varia de acordo com a cultura, a comunidade, a família e as relações, evolui ao longo do tempo e gerações.

Esta visão resulta em profundas desigualdades entre homens e mulheres já que as relações se vêm condicionadas pelos “estereótipos de género”, que são o conjunto de crenças existentes sobre as características ou papéis que se consideram apropriados para mulheres e homens, e que se denominam papéis de género. Estes papéis são a forma como nos comportamos e o que fazemos no quotidiano homens e mulheres, segundo o que consideramos que é o apropriado para cada um.

Para que a igualdade seja efectiva, é necessário criar condições específicas, pelo que equidade de género significa igualdade de oportunidades e condições de homens e mulheres em todas as esferas da nossa vida, educação, saúde, trabalho, emprego, e especialmente no exercício do poder e na partilha das responsabilidades familiares.

GÉNERO E DIREITOS HUMANOS

O ano 1975 foi declarado “Ano Internacional da Mulher” pelas Nações Unidas, e os dez anos seguintes foram declarados a Década das Nações Unidas para as Mulheres.

Com estas iniciativas as questões relativas ao estatuto e situação das mulheres, entraram progressivamente na agenda política internacional, mas é na década de 90 que a problemática de género assumiu novos contornos a nível mundial e regional. Na Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, do Cairo (1994), foi aprovado um Plano de Acção por um período de 20 anos assente num compromisso em relação aos direitos humanos e à igualdade entre os sexos.

Promover a igualdade entre os sexos, em todas as esferas da vida, e a promoção da autonomia das mulheres e a implementação de medidas “*para eliminar a desigualdade entre mulheres e homens*”¹, é a visão expressa da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento celebrada no Cairo (CIPD). A IV Conferência Mundial sobre as Mulheres (Beijing, 1995), absorveu os princípios da CIPD.

A avaliação dos resultados obtidos, realizada numa Sessão Especial da Assembleia-geral das Nações Unidas em 2000 (Beijing + 5), serviu para actualizar os propósitos e aprofundar diferentes aspectos relacionados com os direitos das mulheres enquanto direitos humanos. O Objectivo 3 de desenvolvimento do Milénio (2004) – “Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres”, reflecte os objectivos da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento do Cairo.

A LEI DE VIOLÊNCIA BASEADA NO GÉNERO

A violência baseada no género é, em todo o mundo um dos sintomas mais visíveis das relações desiguais de poder entre mulheres e homens. O direito das mulheres a viver uma vida livre de violência depende de uma longa cadeia da justiça, desde o quadro legal a políticas eficazes para a sua

¹ Programa de Acção da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento. 1994, Cairo.

implementação.

Em Cabo Verde a Lei de Violência Baseada no Género (VBG)² representa um enorme ganho, na medida em que não só reforça as medidas destinadas a prevenir e reprimir o crime de VBG, como consagra *“a regulação das medidas para efectivação do princípio da igualdade de género e estipula a adopção de medidas educativas que fomentem a igualdade de género e eliminem os estereótipos sexistas ou discriminatórios, salvaguardando o respeito pelos direitos fundamentais”* (artigo 1º, nº1).

Considera a prática um crime público e traz assim uma nova realidade jurídico-social - a autoridade masculina limitada. Tendo em conta que as relações de género assentes na autoridade masculina estão profundamente enraizadas em crenças culturais, a Lei reforça as medidas de prevenção primária e destaca o papel do sistema educativo e dos média, para além de todos os profissionais envolvidos em processos de VBG.

A VBG passa a ser reconhecida independentemente de ser praticada na esfera privada da família, no contexto de relações de intimidade ou outros contextos. Contempla formas de violência tais como a física, psicológica, sexual, moral, patrimonial, mas também o assédio sexual.

Define respostas céleres por parte de instituições (tribunais, polícia e saúde) sendo os processos judiciais urgentes em todas as fases. Contempla medidas para a reabilitação dos autores de violência e de apoio psicológico e material às vítimas. Em suma, reforça as obrigações do Estado e instituições públicas na adopção de medidas de prevenção, assistência e repressão, numa lógica inter-sectorial.

Ao longo dos últimos anos o número de denúncias de VBG tem aumentado, em particular a partir da efectividade da Lei

²Lei VBG (nº 84/VII/11, de 10 de Janeiro), que entrou em efectividade em Março de 2011

VBG, tanto por parte das vítimas, quanto de testemunhas. Se antes era um comportamento socialmente aceite, hoje tende a ser considerado condenável. Está em curso a regulamentação da Lei, com vista a regular a actuação do sector da educação, do trabalho, da saúde, da comunicação social e da justiça na promoção da igualdade de género e de uma cultura de não violência.

A aprovação da lei, por unanimidade no Parlamento, foi produto de intenso trabalho de pesquisa, parceria e advocacia, envolvendo uma gama de actores relevantes no cenário político e institucional de Cabo Verde, entre os quais a Rede de Mulheres Parlamentares, o ICIEG, ONGs, parceiros no atendimento a vítimas de VBG, activistas e organizações internacionais.

A TRANSVERSALIZAÇÃO DA ABORDAGEM DE GÉNERO

A transversalização da abordagem de género é um aspecto chave para o crescimento económico, a erradicação da pobreza, e condição sine-qua-non para se atingir os ODMs. Saída das recomendações da Conferência de Beijing (1995), é uma estratégia que se vem impondo pela pertinência de se levar em conta as consequências para mulheres e homens de toda a decisão no âmbito do desenvolvimento, para que mulheres e homens possam beneficiar delas e que as desigualdades não sejam perpetuadas.

O Programa do Governo 2011-2016 para a VIII Legislatura considera a problemática de género como um dos “4 elementos nucleares do Programa”, enquanto questão transversal. A assunção pelo Governo de uma estratégia de transversalização da abordagem de género traduz-se na agenda da promoção da igualdade de género, sob a coordenação do mecanismo nacional, responsável pela elaboração de políticas públicas de género e sua respectiva articulação entre os

sectores.

No essencial transversalizar a abordagem género significa integrar este enfoque nos níveis de planificação e actuação macro, meso e micro³.

A nível Macro:

- Garantir que os instrumentos definidores das políticas nacionais e a legislação reflectam os compromissos internacionais para com a igualdade de género;
- Intervir para que a representatividade das mulheres e dos homens aos mais altos níveis da tomada de decisão seja equilibrada;
- Garantir que a produção estatística contemple as áreas mais importantes para a promoção da igualdade, assim como que os dados divulgados sejam desagregada por sexo e com cruzamentos de informação que permitam visibilizar as desigualdades de género.

A nível Meso:

- Zelar para que os compromissos assumidos no nível macro sejam materializados nas propostas de intervenção e na acção dos sectores;
- Desenvolver uma cultura institucional de género, de forma tal que garantam a igualdade no acesso e nos benefícios obtidos pelas mulheres e homens;
- Trabalhar as relações de poder tanto na instituição como na sua área de actuação.

A nível Micro:

- Garantir que na materialização das políticas a igualdade se manifeste a nível das relações entre mulheres e homens nos

³Rosabal, M. (2012). *A equidade na planificação e na orçamentação sectorial (guia de suporte)*. ICIEG

agregados familiares ou na comunidade;

- Avaliar o impacto das políticas públicas nas famílias e nas comunidades;
- Capacitar e sensibilizar as lideranças locais e a comunidade em geral;
- Garantir que as associações comunitárias e as ONGs que intervêm no terreno tenham um enfoque nas necessidades específicas de homens e mulheres no desenho e na implementação das acções.

As áreas prioritizadas para a intervenção são presentemente:

- Assegurar a efectiva implementação da Lei VBG através da melhoria da prevenção, prestação de serviços às vítimas e o fortalecimento das respostas institucionais;
- Garantir a transversalização da abordagem género para que os processos de planificação nacionais, sectoriais e municipais reflitam as medidas estratégicas propostas e possibilitem a eliminação de práticas discriminatórias em função do género na administração pública;
- Promover o empreendedorismo e o emprego das mulheres de forma a subverter o actual quadro de profunda desigualdade entre o rendimento dos homens e o rendimento das mulheres;
- Adequar o quadro institucional às necessidades de implementação de programas de promoção a igualdade de género, que considere o reforço dos mecanismos de coordenação e concepção de políticas;

SEGUIMENTO DA IGUALDADE DE GÉNERO

Com vista a reforçar o seguimento das diferentes dimensões subjacentes às relações de género, foi concebido um observatório, a ser lançado em Março de 2013, por ocasião do Dia da Mulher Caboverdiana. O observatório tem por objectivo:

- Monitorar o grau de engajamento do país no cumprimento das metas e objectivos internacionais, regionais e nacionais na promoção da igualdade de género;
- Dar visibilidade às desigualdades de género e facilitar a integração da promoção da igualdade na agenda pública de desenvolvimento;
- Mostrar os resultados das acções desenvolvidas pelo Estado e medir as mudanças nas diferentes dimensões das relações de género e por tanto dos avanços para a igualdade de género;
- Disponibilizar à sociedade, em geral, às ONG's e aos diferentes actores governamentais indicadores e informações que mostram qual é a situação dos homens e das mulheres no país.

Incluiu 12 indicadores de base que retratam o grau de autonomia das mulheres em termos de:

Autonomia na tomada de decisões: relativos à presença das mulheres e homens em distintos níveis de poder do Estado e às medidas para promover a participação plena e em igualdade de condições

1. Poder Legislativo (nº absoluto)
2. Supremo Tribunal de Justiça (nº absoluto)
3. Poder executivo (nº absoluto)
4. Eleitos Presidentes de Câmaras Municipais (nº absoluto)

5. Eleitos vereadoras e vereadores de Câmaras Municipais (nº absoluto)
6. Presidentes de ONG e Associações Comunitárias de Base (%)

Autonomia física: exposta em duas áreas que abordam dois problemas sociais importantes: os direitos reprodutivos e a violência de género

7. Mortes efectuadas por parceiro ou ex parceiro íntimo (nº absoluto)
8. Maternidade e paternidade adolescente (%)
9. Demanda insatisfeita de planeamento familiar (%)
10. Mortalidade materna (razão por cada 100.000 nascidos vivos)

Autonomia económica: mediante a capacidade de gerar renda e recursos próprios, a partir do acesso ao trabalho remunerado

11. Mulheres e homens sem rendimentos próprios
12. Tempo total de trabalho de mulheres e homens

A partir do seu lançamento o observatório poderá ser acessado através do site do ICIEG ou do INE.

NOTA AOS LEITORES E ÀS LEITORAS

A informação contida nesta publicação tem por fonte a produção estatística do INE e outras instituições públicas. As fontes são citadas junto de cada gráfico / quadro.

No geral os quadros e gráficos apresentam números absolutos e/ou proporções (%), primeiro entre as mulheres e de seguida entre os homens. As proporções são utilizadas de duas formas:

Proporções (%) de todas as mulheres e proporções (%) de todos os homens com determinada característica (ex. desempregada / desempregado).

Distribuição por sexo dentro de um grupo, por exemplo membros do poder judicial.

Alguns gráficos apresentam tanto números absolutos, como distribuição por sexo em vários grupo. Os valores totais nem sempre correspondem aos das figuras parciais devido a arredondamentos. Alguns quadros / gráficos apresentam o Índice da Condição Feminina (ICF)⁴, cujo cálculo se baseia na divisão da % ou número correspondente ao sexo feminino, pela percentagem ou número correspondente ao sexo masculino.

Os símbolos utilizados são:

- * Observação
- Categoria não aplicável
- Sem Informação

⁴O Cálculo do Índice da Condição Feminina, baseia-se nas recomendações técnicas divulgadas no "Índice de Desenvolvimento e dos Indicadores de Género em África" em Outubro de 2004.

POPULAÇÃO

Evolução da população, 1900-2010

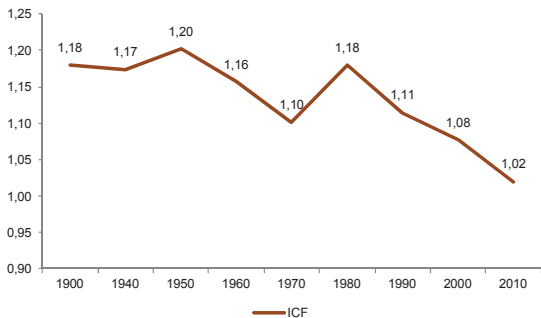
Anos	Mulheres	Homens	ICF
1900	77.884	66.045	1,18
1940	97.894	83.392	1,17
1950	81.856	68.128	1,2
1960	107.211	92.691	1,16
1970	142.012	128.987	1,1
1980	160.008	135.695	1,18
1990	179.997	161.494	1,11
2000	223.995	207.994	1,08
2010	248.280	243.403	1,02

Fonte: RGPH 1900-2010, INE

A população vem aumentando ao longo dos anos, embora entre 1940 e 1950 se registre uma diminuição da população residente, certamente resultante das secas e fomes que assolaram o país nos anos 40.

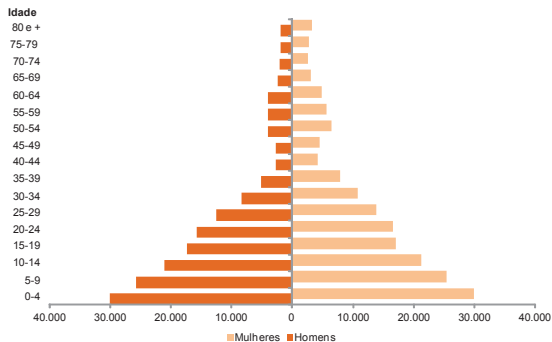
A série de dados dos recenseamentos mostra globalmente uma tendência de aumento do equilíbrio da população feminina e masculina – enquanto em 1990 a relação de feminilidade era de 1,20, ela é de 1,02 em 2010, embora entre 1960 e 1970 se registre uma exceção na tendência. Factores que pesam na evolução da relação de feminilidade são certamente a melhoria na atenção pré-natal e infantil, e as dinâmicas migratórias das últimas décadas.

Evolução da Relação de Feminilidade, 1900- 2010

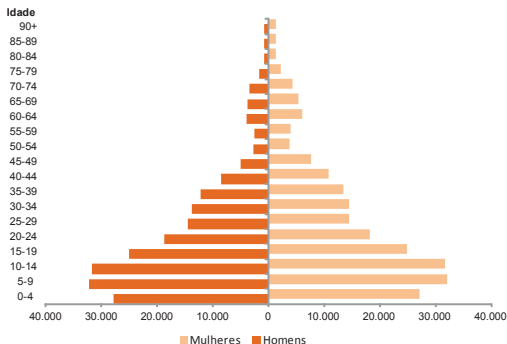


Evolução da população de 1990, 2000 e 2010

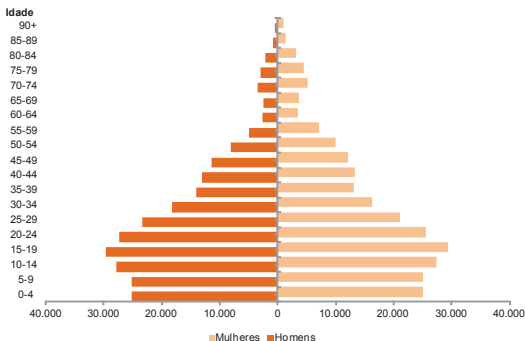
1990



2000



2010



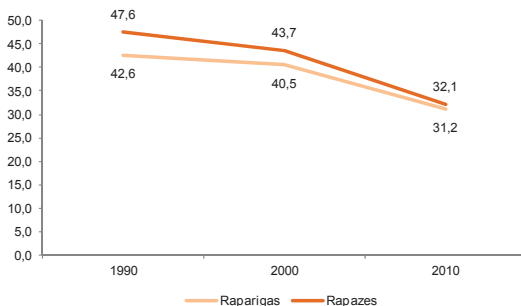
A largura da base das pirâmides etárias ilustra uma população jovem - em 2010 cerca de 50% da população tem 19 anos ou menos. A tendência para afunilamento da base decorre da diminuição da natalidade.

População de 0-14 anos (%), 1990- 2010

Anos	Total	Raparigas	Rapazes	ICF
1990	45	42,6	47,6	1,06
2000	42,1	40,5	43,7	1,04
2010	31,7	31,2	32,1	1,02

Fonte: RGPH 1990-2010, INE

População de 0-14 anos (%), 1990- 2010



A população de 0-14 anos, considerada dependente⁵, representa em 2010 31,7% da população total (31,2% de raparigas e 32,1% de rapazes). Na última década a tendência tem sido de diminuição da população nesta faixa etária.

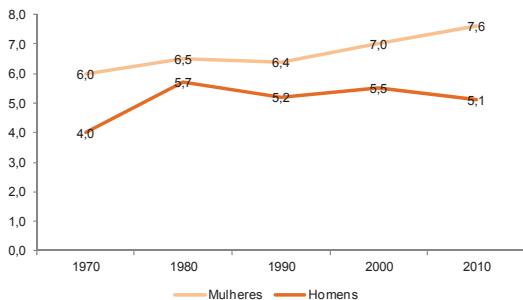
⁵ A população dependente define-se com referência à população potencialmente produtiva e fazem parte da população considerada dependente as crianças e os idosos. Considerou-se as idades dos 0 aos 14 anos e pessoas com mais de 65 anos.

População de 65 anos e mais (%), 1970- 2010

Anos	Total	Mulheres	Homens	ICF
1970	5,1	6	4	1,66
1980	6,1	6,5	5,7	1,34
1990	5,8	6,4	5,2	1,38
2000	6,3	7	5,5	1,38
2010	6,4	7,6	5,1	1,53

Fonte: RGPB 1970-2010, INE

População de 65 anos e mais (%), 1970- 2010



No extremo oposto da população considerada dependente, verifica-se que o peso relativo da população com 65 anos ou mais vem aumentando – em 1970 representava 5,1% da população, e em 2010 representa 6,4%. A proporção de mulheres com 65 anos ou mais é mais elevada do que a dos homens, respectivamente 7,6% e 5,1% em 2010.

População por concelhos, 2010

Concelho	2010		RF
	Mulheres	Homens	
Total	248280	243403	1,02
Ribeira Grande de Santo Antão	9055	9880	0,92
Paúl	3169	3828	0,83
Porto Novo	8579	9404	0,91
S. Vicente	37755	38352	0,98
Ribeira Brava	3694	3886	0,95
Tarrafal de S. Nicolau	2502	2735	0,91
Sal	11883	13882	0,86
Boavista	3738	5424	0,69
Maio	3584	3368	1,06
Tarrafal de Santiago	10166	8399	1,21
Santa Catarina de Santiago	23025	20272	1,14
Santa Cruz	13754	12855	1,07
Praia	67015	64587	1,04
São Domingos	7103	6705	1,06
Calheta de São Miguel	8623	7025	1,23
São Salvador do Mundo	4611	4066	1,13
São Lourenço dos Órgãos	3817	3571	1,07
Ribeira Grande de Santiago	4374	3951	1,11
Mosteiros	4858	4666	1,04
S. Filipe	11251	10977	1,02
Santa Catarina do Fogo	2703	2596	1,04
Brava	3021	2974	1,02

Fonte: RGPH 1990-2010, INE

Globalmente as diferenças entre a população masculina e feminina em 2010 são pequenas. Contudo em alguns concelhos são notórias as diferenças entre a população masculina e feminina. Os concelhos onde há uma maior proporção de homens são a Boavista, o Paúl e Sal. A população feminina é maior do que a masculina nalguns concelhos de Santiago, especificamente São Miguel, Tarrafal, São Salvador do Mundo e Santa Catarina. A configuração da população masculina e feminina poderá estar vinculada a processos migratórios que acompanham as oportunidades de emprego, que são diferenciadas tendo em conta que algumas actividades económicas são tradicionalmente consideradas masculinas ou femininas (tais como a construção por exemplo).

População por meio de residência e taxa de urbanização, 1990-2010

	Total	%	Mulheres	Homens	RF
POPULAÇÃO- 1990					
Cabo Verde	341491	100	179997	161494	1,1
Urbano	150599	44,1	78708	71891	1,1
Rural	190892	55,9	101289	89603	1,1
POPULAÇÃO – 2000					
Cabo Verde	431.989	100	223.995	207.994	1,08
Urbano	232.147	53,7	119.709	112.438	1,06
Rural	199.842	46,3	104.286	95.556	1,09
POPULAÇÃO – 2010					
Cabo Verde	491.683	100	248.280	243.403	1,02
Urbano	303.673	61,8	152.454	151.219	1,01
Rural	188.010	38,2	95.826	92.184	1,04

Fonte: RGPH 1990-2010, INE

A série de dados dos recenseamentos confirma o processo de urbanização em Cabo Verde, com cerca de 62% da população vivendo actualmente no meio urbano e 38% no meio rural. É no meio urbano que se encontra o maior equilíbrio na população em termos de sexo.

População de 12 anos ou mais por estado civil (%), 1990-2010

Anos	Solteira(o)		Casada(o)		União		Separada(o) /divorciada(o)		Viúva(o)	
	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H
	1990	49,0	52,0	28,0	29,0	16,0	18,0	1,0	1,0	6,0
2000	51,0	58,0	17,0	17,0	23,0	22,0	4,0	2,0	6,0	1,0
2010	46,7	55,6	13,6	13,5	28,7	25,8	6,7	3,9	4,0	0,7

Fonte: RGPH 1990-2010, INE

Os três últimos censos mostram que a maior parte da população de 12 anos e mais é solteira, com mais homens solteiros (46,7%) do que mulheres (55,6%). Apesar do estado civil casado/a continuar a diminuir para mulheres e homens, a diminuição entre 2000 e 2010 é menor do que a registada na década anterior.

Idade média e idade mediana ao casamento, 2000-2011

Ano civil	Idade média		Idade mediana	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
2000	30,6	35,8	29,0	33,0
2001	32,1	37,8	31,0	35,0
2002	32,0	37,8	30,0	36,0
2003	32,9	38,3	31,0	36,0
2004	33,4	38,1	31,0	36,0
2005	33,0	39,0	30,5	36,0
2006	33,1	38,7	31,1	36,0
2007	33,9	39,2	32,0	37,0
2008	33,7	38,9	32,0	37,0
2009	33,9	38,6	32,0	37,0
2010	34,6	39,4	32,0	37,0
2011	33,7	38,3	31,0	36,0

Fonte: INE, RGPH 1990-2010

Os homens tendem a casar mais tarde do que as mulheres, e a idade mediana aquando do casamento aumentou ao

longo da última década tanto para mulheres quanto para homens, mas de forma mais acentuada no caso dos homens. Com efeito, se em 2000 metade das mulheres tinha mais de 29 anos quando casou, em 2011 metade tinha mais de 31 anos. No caso dos homens, se em 2000 metade tinha mais de 33 anos quando casou, em 2011 metade tinha mais de 36 anos. Em 2011 a idade média aquando do casamento é próxima de 34 anos para as mulheres e de 38 anos para os homens.

Índice sintético de fecundidade (ISF), 1990-2010

Anos	Nº médio de filhos/mulheres (ISF)
1990	5,5
2000	4,0
2005	2,9
2010	2,6

Fonte: RGPH 1990-2010, IDSR-II 2005, INE

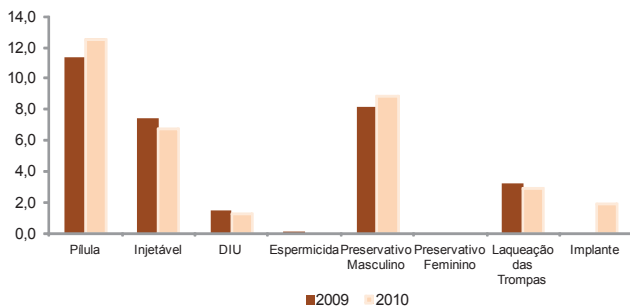
O número médio de filhos por mulher vem diminuindo: em 1990 as mulheres tinham em média 5,5 filhos enquanto que em 2010 este valor passou para 2,6, em média cerca de menos 3 filhos do que em 1990.

Prevalência (%) do uso de contracepção por método, 2009-2010

Métodos	% de Mulheres	
	2009	2010
Pílula	11,4	12,5
Injetável	7,4	6,7
DIU	1,5	1,2
Espermicida	0,01	0,0
Preservativo Masculino	8,2	8,8
Preservativo Feminino	0,0	0,0
Laqueação das Trompas	3,2	2,9
Implante	0,0	1,9

Fonte: Relatório Estatístico 2010, MS

Prevalência (%) do uso de contracepção por método, 2009-2010



A prevalência do uso de um método contraceptivo moderno entre as mulheres é de 34%, sendo os três mais utilizados a pílula, seguido do preservativo masculino, e do injetável.

INCAPACIDADE

Prevalência de incapacidade (não consegue ou tem muita dificuldade de visão, audição, mobilidade, comunicação), por meio de residência, 2010

	Total		Mulheres		Homens		ICF
	Total	%	Total	%	Total	%	
Cabo Verde	26947	5,5	15472	6,2	11475	4,7	1,35
Urbano	16418	5,4	9476	6,2	6942	4,6	1,37
Rural	10529	5,6	5996	6,7	4533	4,9	1,32

Fonte: RGPH 2010, INE

Os dados apontam para 26.947 pessoas com incapacidade o que representa 5,5% da população total do país. Do total 15.472 são do sexo feminino, 11.475 são do sexo masculino. A maioria das pessoas com incapacidade vivem em meio urbano, apesar do peso relativo ser maior na população rural.

Prevalência de incapacidade, por grupo etário, 2010

Grupo Etário	Total	Mulheres	Homens	ICF
Total	26.974	15.472	11.475	1,35
0-4	4.302	2.105	2.197	0,96
5-9	1.013	463	550	0,84
10-14	1.394	637	757	0,84
15-19	1.503	848	655	1,29
20-24	1.323	731	592	1,23
25-29	1.094	627	467	1,34
30-34	991	564	427	1,32
35-39	947	517	430	1,20
40-44	1.336	811	525	1,54
45-49	1.778	1.087	691	1,57
50-54	1.592	995	597	1,67
55-59	1.256	803	453	1,77
60-64	757	459	298	1,54
65-69	880	544	336	1,62
70-74	1.677	1.038	639	1,62
75-79	1.836	1.141	695	1,64
80+	3.268	2.102	1.166	1,80

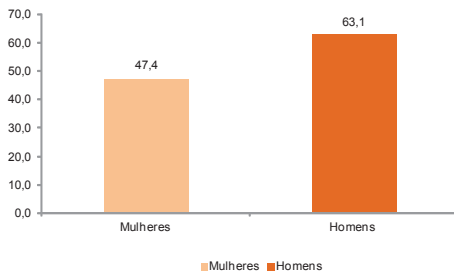
Fonte: RGPH 2010, INE

As faixas etárias que contam com um maior número absoluto de pessoas com incapacidade são as crianças dos 0-4 anos (4.302) e idosos com 80 anos ou mais (3.268). Na verdade 53,3% das incapacidades registam-se na população considerada dependente⁶: 24,9% das pessoas com incapacidade têm 0-14 anos e 28,4% têm 65 anos ou mais.

Dos 0-14 anos verifica-se que predominam rapazes com incapacidade em relação às raparigas, contudo a partir dos 15 anos são as mulheres que mais apresentam incapacidades, proporção que aumenta paulatinamente à medida que a idade avança.

⁶ Como referido na secção *População*, são considerados dependentes as crianças e os idosos, com as idades dos 0 aos 14 anos e pessoas com mais de 65 anos.

População alfabetizada de 15 anos e mais que tem incapacidade (%)



Fonte: RGPH 2010, INE

Pouco mais de metade da população com incapacidade é alfabetizada (53,6%), o que se verifica no caso de 63,1% dos homens e apenas em 47,4% das mulheres.

Situação perante a actividade económica da população (idade activa) com incapacidade, 2010

Situação perante a actividade económica	Total	Mulheres		Homens	
		Total	%	Total	%
Total	20.238	12.267	60,6	7.971	39,4
População activa ocupada	6.549	3.732	57	2.817	43
População desempregada	709	430	60,6	279	39,4
População inactiva	12.980	8.105	62,4	4.875	37,6

Fonte: RGPH 2010, INE

Mais de metade (64%) da população em idade productiva com incapacidade é inactiva, e as mulheres representam 62,4% deste grupo. Praticamente 10% da população activa está desempregada e as mulheres representam 60,6% das pessoas com incapacidade desempregadas.

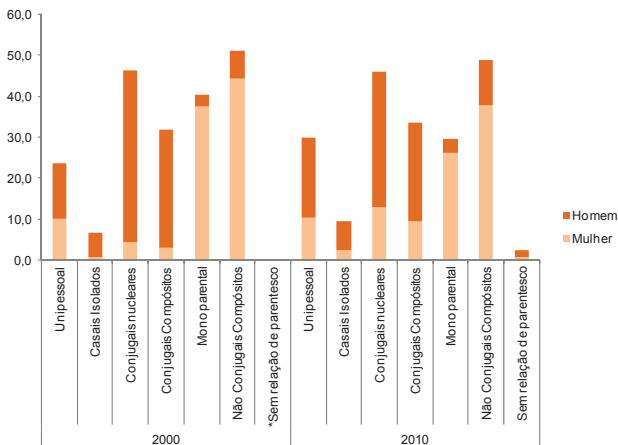
AGREGADOS FAMILIARES

Representante⁷ dos agregados familiares, 2000-2010

Ano	Mulheres	Homens
	%	%
2000	40	60
2001/02	44	56
2005	46	54
2006	45	55
2007	45	55
2010	48	52

Fonte: RGPH 2000 e 2010, IDRF 2001/02, QUIBB 2006 e 2007, INE

Tipologia dos agregados segundo o sexo do representante (%), 2000-2010



Fonte: RGPH 2000 e 2010, INE

* Em 2000 não havia essa modalidade

⁷ "Representante do agregado familiar é a pessoa reconhecida como responsável pelos restantes membros, podendo estar ou não presente no momento da entrevista" (INE. 2010. Manual do Agente Recenseador, pág. 29). A partir de 2010 este termo substituiu o termo anteriormente utilizado pelo INE, de chefe de agregado.

A estrutura da tipologia dos agregados familiares, não sofreu alterações drásticas na última década. Verifica-se um aumento dos agregados unipessoais, e os agregados sem relação de parentesco aparecem no censo 2010 pela primeira vez.

Globalmente assiste-se a um aumento dos agregados com representante feminino, ao longo da última década. A assumpção da representação entre os sexos varia de uma tipologia de agregado para outra: por um lado nos agregados conjugais (casais isolados, conjugais nucleares e conjugais compósitos), os homens continuam a liderar como representantes, pese embora o aumento na proporção de mulheres que se assumem como representante. Por outro lado os agregados não conjugais (agregados monoparentais e não conjugais compósitos, que ambos registam um decréscimo) continuam a ser liderados na sua larga maioria por mulheres, apesar do aumento da assunção da representação pelos homens, no caso dos agregados não conjugais compósitos.

Nível de conforto⁸ por tipologia de agregado, 2010

Tipologia dos agregados familiares	Nível de Conforto													
	Mulheres							Homens						
	Muito baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto	ND	Total	Muito baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto	ND	Total
Total	14,6	32,6	36,5	13	2,9	0,5	100	14,4	30,4	34,2	15,4	5,3	0,4	100
Unipessoal	16,2	31,3	34,9	12,3	3,9	1,4	100	25,4	36,3	26,1	8,8	2,9	0,8	100
Casais Isolados	10,2	25,7	36,9	18	9,2	0,1	100	11,4	25,6	34	18,3	10,3	0,4	100
Casais Isolados nucleares	13,7	33,8	31,9	14,4	5,9	0,3	100	12,2	30,9	33,4	16,7	6,6	0,3	100
Conjugais compostos	9	28,6	40,7	17	4,3	0,4	100	8,1	24,9	40,9	19,9	5,8	0,5	100
Monoparental	18,9	36,4	31,8	10,6	2	0,3	100	15,7	31,2	34,5	14,3	4	0,3	100
Não Conjugais Composto	13,3	31,6	40,3	12,9	1,5	0,4	100	15,9	32,1	36,5	12,9	2,2	0,4	100
Agregados sem relação de parentesco	8,7	22,8	50,1	14,8	3,2	0,5	100	17,8	36	34,6	7,8	3,1	0,6	100

Fonte: RGPH-2010, INE

ND- Não Declarado

O nível de conforto dos agregados está relacionado ao sexo do representante: globalmente uma menor proporção de agregados com representante feminino vive em condições de conforto alto/muito alto (15,9%, proporção que é de 20,7% para os representantes masculinos). Nos níveis mais baixos (baixo/muito baixo) as diferenças globais entre os sexos existem mas são menores, com uma proporção de agregados representados por mulheres de 47,2% versus 44,8% nos representados por homens.

Ao ter em conta a tipologia dos agregados, as assimetrias tornam-se mais claras. Os agregados com representante feminino apresentam um nível de conforto alto/muito alto apenas no caso dos agregados unipessoais e sem relação

⁸ O nível de conforto é um indicador composto que se baseia nos aspectos multi-dimensionais da pobreza não monetária, com base na análise de componentes principais de uma multiplicidade de variáveis de acesso a serviços básicos e de condições de habitabilidade observadas no Censo 2010.

de parentesco. Já nos agregados monoparentais esta proporção é menor (12,6% com conforto alto/muito alto, em comparação com 18,3% dos agregados monoparentais representados por homens), tendência que se verifica também no caso dos agregados conjugais (nucleares e compósitos).

Analisando o extremo oposto, para os agregados com nível de conforto baixo/muito baixo, as assimetrias são particularmente vincadas para os agregados unipessoais e sem relação de parentesco, em ambos os casos a desfavor dos representados por homens (com diferenças na ordem dos 14 e 22 pontos percentuais, respectivamente). Quanto aos agregados monoparentais, 55,3% dos representados por mulheres vivem com níveis de conforto baixo/muito baixo, o que acontece com 46,9% dos representados por homens. A mesma tendência se verifica para os agregados conjugais (nucleares e compósitos), apesar da assimetria ser de menor amplitude (da ordem dos 4,5 pontos percentuais). No caso dos agregados não conjugais compósitos a tendência é, embora em menor amplitude, a desfavor dos que são representados por homens.

MIGRAÇÕES

Motivos de emigração por sexo, 2010

	Total	Mulheres		Homens		ICF
		Total	%	Total	%	
Total	18.422	9.862	53,5	8.56	46,5	1,15
Procura de Trabalho	4.308	2.085	48,4	2.223	51,6	0,94
Agrupamento Familiar	5.152	2.827	54,9	2.325	45,1	1,22
Estudos	6.595	3.518	53,3	3.077	46,7	1,14
Saúde	1.381	908	65,7	473	34,3	1,92
Outro	986	524	53,1	462	46,9	1,13

Fonte: RGPH 2010, INE

Tomando como referência a população residente em 2010 (491.683), verifica-se que quase 4% da população emigrou. As mulheres representam 53,5% das pessoas que emigraram e os homens 46,5%. Os motivos de emigração para os quais as mulheres superam os homens são, por ordem de importância, a saúde, o reagrupamento familiar e os estudos. Os homens são mais numerosos do que a mulheres apenas quando se trata de procura de emprego, embora a diferença em relação às mulheres para este motivo de emigração seja modesta (51,6% e 48,4% respectivamente).

SAÚDE

Evolução da taxa de mortalidade infantil (por mil), 2000-2010

Ano	TMI (por mil)		
	Total	Raparigas	Rapazes
2000	26	24	28
2010	14,7	12,1	17

Fonte: RGPH 2000 e 2010, INE

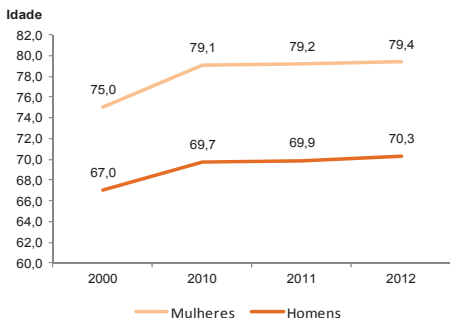
Evolução da Esperança de vida à nascença (em anos), 2000-2012

Ano	Mulheres	Homens
2000	75,0	67,0
2010	79,1	69,7
2011*	79,2	69,9
2012*	79,4	70,3

Fonte: RGPH 2000 e 2010, INE

* = Projeções demográficas -2011 e 2012 INE

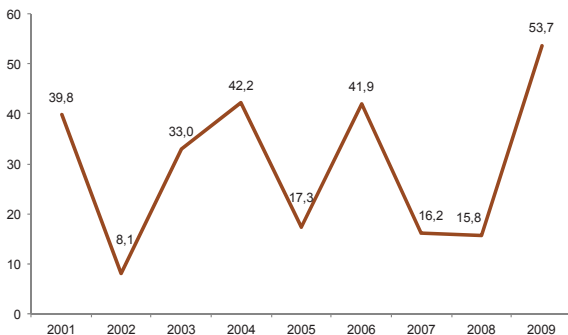
Evolução da Esperança de vida à nascença (em anos), 2000-2012



Os progressos nas condições socio-sanitárias no país levou a ganhos substancial na esperança de vida das e dos Cabo-verdianos, como consequência à baixa taxa de mortalidade em todas as faixas etárias. A taxa de mortalidade infantil que em 2000 era de 26‰ (24‰ para as raparigas e 28‰ para os rapazes), passou em 2010 para 14,7‰ (12,1‰ para as raparigas e 17‰ para os rapazes).

A esperança de vida à nascença, que em 2000 era de 75 anos para as mulheres e 67 anos para os homens, passou em 2010 para cerca de 79 e 70 anos, respectivamente.

Mortalidade materna por 100.000 nascidos vivos, 2001-2009



Fonte: Relatório Estatístico- 2010, MS

A mortalidade materna tem oscilado: de 2006 a 2009 passou de 16,2 por cem mil para 53,7, tendo tido valores próximos ou acima dos 40 por cem mil em 2001, 2004 e 2006.

Causas de mortalidade geral (taxas por 100000), 2010

Causas de mortalidade	Total	Mulheres		Homens		ICF
		Total	%	Total	%	
Doenças do aparelho circulatório	600	326	54,3	274	45,7	1,19
Sintomas mal definidos	319	170	53,3	149	46,7	1,14
Tumores ou neoplasias	303	146	48,2	157	51,8	0,93
Afecções Respiratórias	239	106	44,4	133	55,6	0,80
Infecciosas e parasitárias	212	97	45,8	115	54,2	0,84
Traumatismo e envenenamentos	154	29	18,8	125	81,2	0,23
Afecções perinatais	122	63	51,6	59	48,4	1,07
Causas externas	96	7	7,3	89	92,7	0,08
Doenças do aparelho digestivo	82	20	24,4	62	75,6	0,32
Doenças mentais e comportamento	67	7	10,4	60	89,6	0,12
Doenças de meta/endoc/nutricionais	61	31	50,8	30	49,2	1,03
Doenças do sistema nervoso	41	29	70,7	12	29,3	2,42
Doenças do aparelho gênito urinário	30	14	46,7	16	53,3	0,88
Malformações congénitas	25	14	56,0	11	44,0	1,27
Doenças de sangue e órgãos hematopoéticos	10	6	60,0	4	40,0	1,50
Doenças da pele e do tecido subcutâneo	7	4	57,1	3	42,9	1,33

Fonte: SIE/DNS/MS, 2010

Os dados mostram que as doenças e causas de morte afetam de forma muito diferente mulheres e homens: morrem consideravelmente mais mulheres devido a doenças do sistema nervoso (70,7%), doenças de sangue e órgãos hematopoéticos (60%), doenças da pele e do tecido subcutâneo (57,1%) e malformações congénitas (56%). Ao invés, morrem consideravelmente mais homens de causas externas (92,7%), doenças mentais e do comportamento (89,6%), traumatismo e envenenamentos (81,2%) e doenças do aparelho digestivo (75,6% homens).

Casos novos de infecção pelo VIH por sexo, 2000-2010

Ano	Total	Mulheres		Homens		ICF
		Total	%	Total	%	
2000	114	56	49,1	58	50,9	0,97
2001	134	63	47	71	53	0,89
2002	151	72	47,7	79	52,3	0,91
2003	169	84	49,7	85	50,3	0,99
2004	260	151	58,1	109	41,9	1,39
2005	223	115	51,6	108	48,4	1,06
2006	299	195	65,2	104	34,8	1,88
2007	319	196	61,4	123	38,6	1,59
2010	399	223	55,9	176	44,1	1,27

Fonte: SIE/DNS/MS, 2010

Desde 2004 os novos casos de infecções pelo VIH são maioritariamente identificados em pessoas do sexo feminino. De referir que desde 2004 foi introduzido o programa de Prevenção da Transmissão Vertical, que aumentou o número de mulheres que fazem despistagem do VIH durante a gravidez.

Casos notificados de VIH por grupo etário, 2010

Grupo etário	Total	Mulheres		Homens		ICF
		Total	%	Total	%	
Total	419	223	53,2	196	46,8	1,14
0-4	69	40	58,0	29	42,0	1,38
4-5	6	2	33,3	4	66,7	0,50
5-9	2	2	100,0	0	0,0	-
15-19	9	7	77,8	2	22,2	3,50
20-24	25	21	84,0	4	16,0	5,25
25-29	30	20	66,7	10	33,3	2,00
30-34	71	36	50,7	35	49,3	1,03
35-39	40	24	60,0	16	40,0	1,50
40-44	36	17	47,2	19	52,8	0,89
45-49	30	17	56,7	13	43,3	1,31
50-54	31	10	32,3	21	67,7	0,48
55-59	22	14	63,6	8	36,4	1,75
60-64	9	5	55,6	4	44,4	1,25
65 e +	17	8	47,1	9	52,9	0,89
ND	22	0	0,0	22	100,0	0,00

Fonte: SIE/DNS/MS, 2010

Em 2010 um total de 34 novos casos foram notificados entre os jovens dos 15 aos 24 anos, destes 27 entre mulheres, 6 entre homens. A notificação é ainda particularmente elevada entre as mulheres para as jovens de 25-29 anos.

Proposta do uso do preservativo ao parceiro (a), 2012

	Mulher %	Homem %
Propôs uso do preservativo ao parceiro(a) nos últimos 12 meses	33,7	49,1

Fonte: APIS 2012, INE

Reacção perante proposta de uso do preservativo, 2012

Reacção da (o) parceira (o) *	Homem		Mulher	
	Total	%	Total	%
Total (<i>propôs uso do preservativo</i>)	765	100	535	100
Recusou	19	2,5	63	11,8
Ralhou	17	2,2	25	4,7
Bateu-lhe	0	0,0	1	0,2
Ameaçou terminar o relacionamento	8	1,0	1	0,2
Forçou a ter relação sexual sem preservativo	13	1,7	5	0,9
Aceitou utilizar sem objecções	115	15,0	50	9,3
Foi o parceiro que pediu	717	93,7	432	80,7
ND	6	0,8	6	1,1

Fonte: APIS 2012, INE

* Pergunta de resposta múltipla

Em termos comportamentais, aspecto crucial para cada pessoa estar em condições de se prevenir do VIH/SIDA, cerca de 1 em cada 3 mulheres propõe o uso do preservativo ao parceiro, o que acontece em praticamente 1 em cada 2 homens. Para a grande maioria das pessoas a proposta parece ser consensual, na medida em que referem que corresponde ao pedido do(a) parceiro(a), embora em menor grau no caso das mulheres (93,7% dos homens e 80,7% das mulheres). A aceitação sem objecções é referida por 15% dos homens e 9,3% das mulheres, que tendem a recusar o uso do preservativo mais do que os homens (11,8% relativamente a 2,5% dos homens) e a ralhar mais (4,7% versus 2,2%). Uma pequena proporção de pessoas admite que obriga a(o) parceira(o) a ter relações sem preservativo, mais homens (1,7%) do que mulheres (0,9%), ou ameaça acabar o relacionamento, sobretudo homens (1%).

EDUCAÇÃO

Taxa de alfabetização, 2000- 2010

Ano	Taxa de alfabetização da população de 15 anos e mais		
	Mulheres	Homens	ICF
2000	67	83	0,81
2006	73	87	0,84
2007	73	87	0,84
2010	77	88	0,88

Fonte: RGPH 2000-2010, QUIBB 2006 e 2007 , INE

A taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais vem aumentando ao longo dos anos, contudo o analfabetismo continua a afectar mais as mulheres. Não obstante a diferença ainda considerável entre mulheres e homens (da ordem de 11 pontos percentuais), o fosso vem se reduzindo (em 2000 a diferença era de 16 pontos percentuais).

Efectivos (alunos e professores) por nível , 2010/2011

Níveis de ensino	Alunos				Professores			
	Total	M	H	ICF	Total	M	H	ICF
Educação Pré-escolar	22.610	11.262	11.348	0,99	1.116	1.116	0	0
Ensino básico	69.115	33.125	35.990	0,92	2.972	2.000	972	2,06
Ensino Secundário	62.222	33.522	28.700	1,17	2.054	3.056	1.758	1,74
Público	53.691	28.411	25.280	1,12	1.227	2.787	1.227	2,27
Privado	8.531	5.111	3.420	1,49	827	269	558	0,48

Fonte: Anuário das estatísticas da educação 2010-2011, MED

O nível de ensino em que existe uma maior diferença entre raparigas e rapazes é o ensino secundário, com efectivos consideravelmente mais elevados para as alunas, enquanto que para o ensino básico acontece o contrário, há mais alunos entre os efectivos do ano lectivo de 2010/2011. No pré-

escolar praticamente não há diferenças. De referir que no ensino secundário privado, que decorre essencialmente em horário pós-laboral e mobilizando adultos, a proporção de alunas é ainda superior.

As professoras são maioritárias nos vários níveis de ensino, embora a discrepância se atenua à medida que se passa do ensino pré-escolar para o secundário. Apenas existe um maior número de professores no ensino secundário privado, que decorre essencialmente em horário pós-laboral.

Efetivos do corpo docente no ensino superior, por sexo e habilitações literárias, 2009

Habilitações Literárias	Mulheres	Homens	ICF
Total	390	536	0.58
Licenciado	244	265	0.92
Pós-Graduação	16	20	0.80
Mestrado	118	205	0.58
Doutoramento	12	45	0.27

Fonte: Anuário das estatísticas de educação 2009-2010, MED

O corpo docente do ensino superior é maioritariamente masculino. Em termos de habilitações a proporção de professoras vai diminuindo à medida que aumenta o grau de habilitações literárias, sendo o grau de doutoramento detido por menos de 1/3 das professoras.

Efectivos de estudantes no ensino superior no país, 2000-2010

Efectivos de estudantes no ensino superior	Mulheres	Homens	ICF
2000/2001	373	344	1,08
2001/2002	924	886	1,04
2002/2003	1.172	1.043	1,12
2003/2004	1.597	1.439	1,11
2004/2005	1.991	1.920	1,04
2005/2006	2.381	2.186	1,09
2006/2007	2.890	2.399	1,2
2009/2010	5.602	4.542	1,23

Fonte: Anuário das estatísticas de educação 2009-2010, MED

Ao longo do última década houve um aumento substancial de vagas para cursos superiores no país, tanto para mulheres como para homens. A presença feminina nestes cursos é sempre superior, em particular nos dois últimos anos lectivos apresentados, de 2006/07 e 2009/10.

Taxa líquida de escolarização, 2000- 2010

Taxa líquida de escolarização	Ensino básico			Ensino secundário		
	Raparigas	Rapazes	ICF	Raparigas	Rapazes	ICF
2000/2001	95	96	0,99	56	52	1,08
2001/2002	95	96	0,99	56	53	1,06
2002/2003	95	97	0,98	59	53	1,11
2003/2004	95	95	1	58	53	1,09
2004/2005	96	97	0,99	62	55	1,13
2005/2006	95	96	0,99	62	54	1,15
2006/2007	94	95	0,99	64	56	1,14
2010 *	90,5	90	1,01	64	54,6	1,17

Fontes: Anuário das estatísticas da educação, 2000-2007, MED

* = RGPH 2010, INE

A taxa líquida de escolarização no ensino básico é igual entre raparigas e rapazes, mas no ensino secundário é maior entre as raparigas, uma tendência que se vem vincando (com mais 9 pontos percentuais em 2010).

Taxa líquida de escolarização (%) por nível de ensino e meio de residência, 2010

	Ensino básico	Secundário	Bacharel ou superior
Cabo Verde	90,2	59,3	3,4
Mulheres	90,5	64	3,8
Homens	90	54,6	3
Urbano	90	64	4,8
Mulheres	90,4	68,3	5,5
Homens	89,7	59,7	4,1
Rural	90,5	53,4	0,8
Mulheres	90,6	58,5	0,9
Homens	90,4	48,5	0,8

Fonte: RGPH 2010, INE

As taxas de escolarização por meio urbano e rural são globalmente menores para o ensino secundário (53,4% e 64% respectivamente) e ainda mais marcadas para o nível de bacharel/superior. A maior proporção de alunas no ensino secundário verifica-se tanto no meio urbano como rural. Já para o nível seguinte (bacharel/superior) o efeito apenas se verifica quando as alunas são do meio urbano.

Taxa de abandono escolar por grupo etário e meio de residência, 2010

	5-9	10-14	15-19	20-24
Cabo Verde	0,9	4,0	40,7	54,3
Feminino	0,9	3,3	39,2	56,6
Masculino	1,0	4,6	41,8	52,6
Urbano	0,9	3,2	38,5	57,4
Feminino	0,8	2,5	36,6	60,1
Masculino	1,0	3,8	40,0	55,2
Rural	1,0	5,2	43,8	50,0
Feminino	0,9	4,6	43,1	51,4
Masculino	1,0	5,7	44,3	49,0

Fonte: RGPH 2010, INE

O abandono escolar é muito elevado na faixa etária dos 15-19 anos e ainda mais na faixa dos 20-24 anos (40,7% e 54,3% respectivamente). A taxa de abandono é mais elevada entre os homens dos 5-19 anos, no entanto nos de 20-24 anos a taxa de abandono é maior nas mulheres, principalmente no meio urbano.

EMPREGO

Distribuição da população em idade activa perante a actividade económica por sexo, 2010

Situação perante a actividade económica	Total	Mulheres Homens		ICF
		Total	Total	
Total	335.692	170.652	165.040	1,03
Pop. activa ocupada	177.297	76.722	100.575	0,76
Pop. activa desempregada	21.168	10.518	10.650	0,99
Pop. Inactiva	137.227	83.412	53.815	1,55

Fonte: RGPH 2010, INE

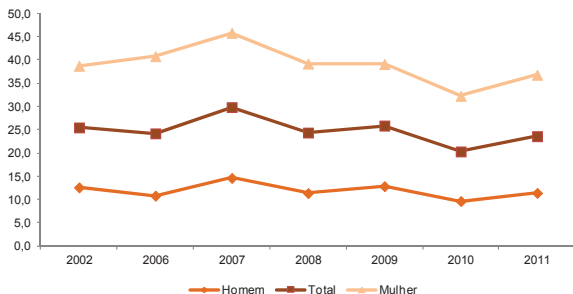
As mulheres em idade activa têm taxas de inactividade substancialmente mais elevadas do que os homens, ao invés são os homens que mais se encontram activos e ocupados.

Taxa de desemprego por sexo e idade, 2000-2011

Ano	% 15 anos e mais				% 15-24 anos			
	Total	M	H	ICF	Total	M	H	ICF
2000	8,6	10,9	6,7	1,54	17,2	21,3	13,9	1,63
2002	12,9	13,2	12,6	1,19	28,4	31,4	26,4	1,05
2005	21,4	22	20,9	1,28	38,5	43,9	34,2	1,05
2006	13,4	16,6	10,8	1,7	25,8	34	20	1,53
2007	15,2	16	14,6	1,32	30,9	36,2	27,5	1,09
2008	13	14,8	11,4	1,42	25	30	21,1	1,3
2009	13	13,2	12,8	1,05	25,5	26,3	25	1,03
2010	10,7	12	9,6	1,36	21,6	25,6	18,7	1,24
2011	12,2	13,2	11,4	1,51	27,1	33,5	22,1	1,16

Fonte: RGPH 2000, 2010; IDRFB 2001/02; Inquérito ao Emprego 2005, 2008, 2009; QUIBB 2006, 2007; IMC 2011, INE

Taxa de desemprego da população de 15 anos e mais, 2000-2011



A taxa de desemprego vem oscilando sensivelmente entre 11% e 13% (com alguns valores superiores ou inferiores em anos específicos) e afecta consistentemente o dobro das pessoas de 15-24 anos.

O desemprego afecta principalmente as mulheres, que têm sempre uma taxa de desemprego superior à dos homens. Estas diferenças ganham maior amplitude entre as mulheres jovens (15-24), em 2011 por exemplo esta diferença ultrapassa os 11 pontos percentuais.

Situação perante a profissão por sexo, 2011

Situação	Total	Mulheres		Homens		ICF
		Total	%	Total	%	
Total	179.646	77.846	43,3	101.800	56,7	0,76
Trabalhador da Administração Pública	25.597	12.705	49,6	12.892	50,4	0,98
Trabalhador sector empresarial do Estado	13.732	6.018	43,8	7.714	56,2	0,78
Trabalhador sector empresarial privado	52.261	16.795	32,1	35.466	67,9	0,47
Militar / Forças Armadas	755	15	2	740	98	0,02
Trabalhador conta própria sem pessoal	35.482	16.679	47	18.803	53	0,89
Trabalhador conta própria com pessoal	14.211	4.058	28,6	10.153	71,4	0,4
Trabalhador familiar não remunerado	7.864	4.886	62,1	2.978	37,9	1,64
Trabalhador em casa de família	10.950	8.116	74,1	2.834	25,9	2,86
Trabalhador produção próprio consumo	8.070	4.089	50,7	3.981	49,3	1,03
Trabalhador cooperativa /Ass. Comunitária	1.853	758	40,9	1.095	59,1	0,69
Trabalhadores Organizações internacionais	284	130	45,8	154	54,2	0,85
Trabalhadores em ONGs	319	195	61,1	124	38,9	1,57
Aprendiz ou estagiário	535	190	35,5	345	64,5	0,55
Outra situação	7.324	3.038	41,5	4.286	58,5	0,71
Não sabe / Não respondeu	409	174	42,5	235	57,5	0,74

Fonte: IMC 2011, INE

As mulheres são sobretudo trabalhadoras do sector empresarial privado, trabalham por conta própria sem pessoal ao serviço e na administração pública. São ainda a maioria relativamente aos homens em áreas tais como o trabalho doméstico em casas de família, também enquanto trabalhadoras familiares não remuneradas e trabalhadoras de ONGs.

Em termos de números, os homens estão representados nas mesmas actividades do que as mulheres. Proporcionalmente, os homens dominam actividades tais como as militares, trabalhador do sector empresarial privado, trabalhador por conta própria com pessoal, e enquanto aprendiz ou estagiário.

Distribuição da população de 15 e mais por profissão segundo o sexo, 2010

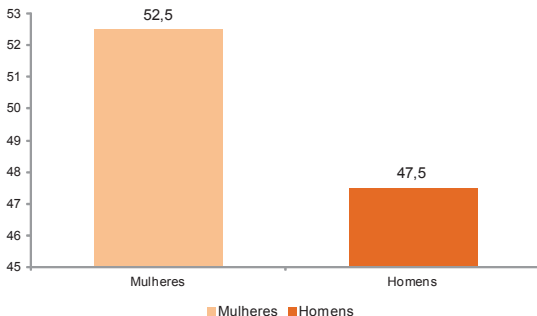
Grandes grupos profissionais	Total	Mulheres	Homens	ICF
Total	157.003	69.231	87.772	0.79
Profissões especificamente militares	826	15	811	0.02
Representantes dos poderes legislativo, executivo, director	4.330	1.628	2.702	0.60
Especialistas das actividades intelectuais e científicas	10.843	6.065	4.778	1.27
Técnicos e profissionais de nível intermédio	6.228	2.344	3.884	0.60
Pessoal administrativo	5.685	3.291	2.394	1.37
Pessoal dos serviços e vendedores	40.164	24.406	15.758	1.55
Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura	12.336	3.419	8.917	0.38
Operários, artífices e trabalhadores similares	25.952	2.058	23.894	0.09
Operadores instalações de máquinas e trabalhadores	6.110	459	5.651	0.08
Profissões elementares	44.529	25.546	18.983	1.35

Fonte: RGPH 2010, INE

A presença relativa das mulheres é mais elevada em actividades de comércio e serviços, administrativas, profissões elementares e actividades intelectuais e científicas. Já os homens estão substancialmente mais representados do que as mulheres em actividades militares, enquanto operários e operadores de máquinas, agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, e ainda em posições de decisão e como técnicos e profissionais intermédios.

SECTOR INFORMAL

Percentagem de mulheres e homens no sector informal⁹, 2009



Fonte: IESI 2009 - Fase 2, INE

Percentagem de activos informais por sector de actividade, 2009

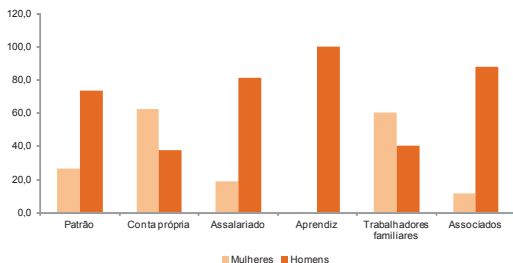
Sector de actividade	Mulheres	Homens
Indústria	31,4	68,6
Comércio	76,0	24,0
Serviços	30,0	70,0

Fonte: IESI 2009- Fase 2, INE

As mulheres estão muito presentes no sector informal (52,5% em relação a 47,5% de homens) e estão fortemente representadas (76%) nas actividades informais de comércio, enquanto que os sectores da indústria e dos serviços são sobretudo ocupados pelos homens.

⁹Sector informal é definido no âmbito do inquérito ao sector informal como sendo o conjunto das unidades de produção que não dispõem de número de contribuinte e/ou de uma contabilidade organizada.

Activos informais por estatuto, 2009



Fonte: IESI 2009- Fase 2, INE

Renumeração no sector informal, 2009

	Remuneração média mensal (Contos)	Remuneração mediana mensal (contos)	Remuneração horária média (em ECV)
Total	23,5	11,8	167
Homem	29,4	15,0	224,1
Mulher	18,4	9,0	118,5

Fonte: IESI 2009- Fase 2, INE

As mulheres estão mais representadas no grupo dos trabalhadores por conta própria (62,5%) e no grupo dos trabalhadores familiares (60,3%), ao invés dos homens que são a larga maioria dos patrões, associados e assalariados. Os aprendizes em 2009 eram exclusivamente do sexo masculino.

A posição de mulheres e homens nas unidades informais, para além do sector em que laboram, condiciona o rendimento a que têm acesso: a remuneração média mensal dos e das trabalhadoras do sector informal é de 23,5 contos, e as mulheres recebem em média menos 11 contos do que os homens. Por outro lado, a mediana mostra que metade das mulheres recebe abaixo de 9 contos mensais, enquanto que metade dos homens recebe menos de 15 contos mensais.

ÁGUA E SANEAMENTO

Principal fonte de água para beber no agregado (ilhas selecionadas), 2011

Fonte de água para beber	Total	Domínio de estudo											
		SAL (Meio Urbano)			PRAIA (Meio Urbano)			SANTIAGO (Meio Urbano)			SANTIAGO (Meio rural)		
		Total	M	H	Total	M	H	Total	M	H	Total	M	H
Rede pública	28.708	30,9	38,1	26,4	39,5	38,3	40,8	70,9	75,6	65,7	38	38,6	37,2
Rede pública (Casa do vizinho)	6.401	1	0,8	1,2	13,8	15,1	12,5	5,5	7,3	3,6	6,9	6,9	6,8
Fonte	18.527	36,2	36,4	36	34,7	35,5	33,8	8	6,1	10	21,5	22,3	20,4
Auto-tanque	2.259	5,9	6,1	5,7	2,8	2,6	2,9	8,7	8,7	8,7	1,1	1,3	0,9
Água Engarrafada	3.880	26	18,6	30,7	6,2	5,4	7	3	0	6,2	0	0	0
Nascente protegida	2.287	0	0	0	0,3	0,5	0	0,6	0,6	0,6	10,4	9,7	11,3
Poço protegido	811	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3,9	2,6	5,8
Poço desprotegido	434	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2,1	2,1	2,1
Nascente desprotegida	1.885	0	0	0	0	0	0	1,5	0,6	2,4	8,5	7,6	9,8
Ribeiro	1.050	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5,1	6,2	3,5
Cisterna	64	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,3	0,5	0
Outros	740	0	0	0	1,5	1,2	1,8	0,6	0	1,3	1	1	0,9
ND	750	0	0	0	1,2	1,3	1,1	1,3	1,2	1,5	1,2	1,1	1,3

Fonte: WASH 2011, INE

Nas ilhas do Sal e Santiago as três principais fontes de água para beber dos agregados são a fonte (36,2%), rede pública (30,9%) e água engarrafada (26%). Todavia 17,5% dos agregados das zonas rurais da ilha de Santiago rural ainda consome água proveniente de fontes não melhoradas para beber. Este acesso reflecte-se de forma equilibrada pelos agregados representados por mulheres e por homens. Contudo existem diferenças por tipo de fonte melhorada: os agregados representados por mulheres têm mais acesso a água de rede no Sal e zonas urbanas de Santiago (na ordem de mais 10 pontos percentuais em relação aos agregados representados por homens), por oposição à água engarrafada, à qual os agregados representados por homens têm maior acesso.

Principal fonte de água para consumo no agregado (ilhas selecionadas), 2011

Fonte de água para o consumo	Domínio de estudo												
	Total	SAL			PRAIA			SANTIAGO			SANTIAGO		
		(Meio Urbano)			(Meio Urbano)			(Meio Urbano)			(Meio rural)		
		Total	M	H	Total	M	H	Total	M	H	Total	M	H
Rede pública	30.840	43,8	50,8	39,4	42,8	40,3	45,3	73,6	76,2	70,8	38,2	38,5	37,8
Rede pública (Casa do vizinho)	6.472	0,3	0,7	0	14	16	12	5,5	7,3	3,6	7,2	7,4	6,8
Fonte	18.905	38,9	35,8	40,8	35	36	33,8	8,5	6,6	10,6	21,9	23	20,4
Auto-tanque	3.762	17,1	12,7	19,9	5,3	4,5	6	8,7	8,2	9,2	1,1	1,3	0,9
Água Engarrafada	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Nascente protegida	1.974	0	0	0	0,4	0,7	0	0,6	0,6	0,6	8,7	7,3	10,8
Poço protegido	808	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3,9	3,1	5
Poço desprotegido	839	0	0	0	0	0	0	0,6	0	1,2	3,8	3,5	4,2
Nascente desprotegida	1.719	0	0	0	0	0	0	0,9	0,6	1,2	7,9	7,1	9,1
Ribeiro	990	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4,8	6,2	2,8
Cisterna	242	0	0	0	0,4	0	0,7	0	0	0	0,6	1,1	0
Outros	513	0	0	0	0,8	0,5	1,1	0,6	0	1,3	1	1	0,9
ND	734	0	0	0	1,5	1,9	1,1	1	0,6	1,5	0,8	0,5	1,3

Fonte: WASH 2011, INE

Para o consumo os agregados utilizam, como principal fonte de água a rede pública, seguido da fonte e do autotanque, tendo contudo os agregados das zonas rurais da ilha de Santiago menor acesso (diferença na ordem dos 20 pontos percentuais). Este acesso reflecte-se de forma equilibrada pelos agregados representados por mulheres e por homens. O acesso a água da rede pública é mais elevado para os agregados representados por mulheres no Sal e zonas urbanas de Santiago; ao mesmo tempo estes agregados estão ligeiramente mais dependentes da recolha de água da rede pública em casa de vizinhos. Ao invês os agregados representados por homens no Sal e zonas urbanas de Santiago utilizam mais a fonte e auto-tanque.

Tempo gasto em ir buscar água, aguardar e regressar (em minutos), 2011

	Aguardar para apanhar água	Apanhar água, aguardar e regressar
Total	21,3	33,1
Mulheres	21,4	34,7
Homens	20,8	30,9

Fonte: WASH 2011, INE

Número de deslocações feitas pelo agregado para ir apanhar água, 2011

Deslocações do agregado para apanha de água	
Total	10,09
Mulheres	9,53
Homens	10,57

Fonte: WASH 2011, INE

Existem ligeiras diferenças entre os agregados, em razão do sexo do representante, em termos de tarefas de apanha da água: numa semana, os agregados representados por mulheres gastam ligeiramente mais tempo para ir buscar água, aguardar e regressar; os agregados com representante feminino deslocam-se ligeiramente menos vezes para apanhar água.

Transporte utilizado para ir buscar água, 2011

Transporte utilizado	Total		Mulheres	Homens
	Total	%	%	%
Total	29.581	100	100	100
A pé	26.400	89,2	90,8	87,5
Carro	1.261	4,3	2,4	6,3
Transporte público	194	0,7	0,7	0,6
Animal	849	2,9	2,6	3,2
Outros	876	3	3,5	2,5

Fonte: WASH 2011, INE

A maior parte das deslocações para ir buscar água (89,2%) são feitas a pé, o que acontece com 90,8% dos agregados com representante feminino e 87,5% dos representados por homens. O carro e o animal são meios de transporte mais utilizados pelos agregados com representante masculino.

Pessoa que vai buscar água segundo o representante do agregado, 2011

	Total	%	Representante Mulher	Representante Homem
Total	67.798	100	35.237	32.561
ND	38.388	56.6	56,9	56,3
Mulher adulta (18+)	17.517	25.8	27	24,5
Homem adulto (18+)	4.914	7.2	3,9	10,8
Rapariga (12-17)	4.374	6.5	7,8	5
Rapaz (12-17)	2.064	3.0	3,3	2,7
Rapaz (6-11)	106	0.2	0,3	0
Rapariga (6-11)	286	0.4	0,5	0,4
Criança (3-5)	0	0.0	0	0
Outro	149	0.2	0,2	0,2

Fonte: WASH 2011, INE

Apesar da elevada proporção de dados não disponíveis em relação à pessoa que vai buscar a água, transparece que esta é uma tarefa essencialmente feminina, principalmente das mulheres adultas, mas também do dobro das raparigas dos 12 aos 17 anos em relação aos rapazes da mesma faixa etária. Este padrão mantém-se tanto para os agregados representados por mulheres, como por homens, contudo com responsabilidades acrescidas nesta tarefa para as mulheres adultas, quando o chefe do agregado é feminino, e vice versa, para os homens adultos, quando o chefe é masculino.

INFLUÊNCIA E PODER

Participação comunitária por sexo (ilhas selecionadas), 2011

Participação Comunitária	Total	Domínio de estudo											
		SAL			PRAIA			SANTIAGO (Meio Urbano)			SANTIAGO (Meio rural)		
		(Meio Urbano)			(Meio Urbano)			(Meio Urbano)			(Meio rural)		
		Total	M	H	Total	M	H	Total	M	H	Total	M	H
Total	11.302	492	190	302	5.602	2.742	2.860	1.670	862	808	3.537	1.930	1.608
Membro	506	3,5	0	5,8	3,6	7,3	0	10,1	8,6	11,8	3,4	3,1	3,8
Participa em reuniões e eventos	206	13,4	0	21,8	0	0	0	1,5	3	0	3,2	3	3,6
Membro e participa	193	0	0	0	1,5	0	3	3	0	6,3	1,6	0	3,6
Nem é membro e nem participa	10.396	83,1	100	72,5	94,9	92,7	97	85,3	88,5	81,9	91,7	94	89,1

Fonte: WASH 2011, INE

No quadro do inquérito sobre água e saneamento, realizado nas ilhas do Sal e Santiago, verifica-se que a participação comunitária nestas ilhas envolve uma pequena percentagem da população: com efeito 92% das e dos entrevistados não é nem membro, nem participa em actividades de organizações comunitárias. A participação enquanto membro de uma organização é mais elevada no meio urbano de Santiago (10,1%), com maior presença dos homens (11,8% em comparação com 8,6% de mulheres; de referir que apenas os homens se consideram membros activos). No Sal são apenas os homens que se envolvem como membro de uma organização (5,8%), já na Praia acontece o contrário, apenas as mulheres são membro (7,3%). Em termos de participação em eventos e reuniões, no Sal ela é exclusivamente masculina.

Participação nas diferentes esferas de poder, 2011

Esfera de poder	Total			%		ICF	Fonte e Ano de referência
	Total	M	H	M	H		
No Governo	17	8	9	47,1	52,9	0,89	Gabinete PM 2011
No Parlamento Nacional	72	15	57	20,8	79,2	0,26	CNE 2011
No Supremo Tribunal de Justiça	7	3	4	42,9	57,1	0,75	MJ 2010
Presidentes de Câmaras Municipais	22	1	21	4,5	95,5	0,05	ICIEG 2012
Vereadora(e)s nas Câmaras Municipais	137	29	108	21,2	78,8	0,27	ICIEG 2012
Procuradores	27	9	18	33,3	66,7	0,5	PGR 2012
Presidente Associação Comunitária de Base	-	-	-	11,1	83,1	0,13	PNLP 2010

Apesar dos esforços feitos para aumentar a participação das mulheres nas esferas de decisão, a predominância dos homens em instâncias de poder mantêm-se. É no Governo e no Supremo Tribunal de Justiça que se nota menor diferenciação entre mulheres e homens, seguindo-se lhe os/as Procuradores/as. O poder local, as associações comunitárias de base e o poder legislativo são as esferas em que as mulheres estão menos representadas.

VIOLÊNCIA BASEADA NO GÉNERO

Número de casos de maus tratos¹⁰ contra a mulher/ companheira por concelho

Concelhos	2010	2011	2012
Total	855	1505	2787
Paúl	27	47	75
Ribeira Grande	18	45	98
Porto Novo	26	108	71
São Vicente	127	193	334
Ribeira Brava	17	50	50
Tarrafal de São Nicolau	1	14	40
Sal	86	145	353
Boavista	48	71	73
Maio	21	21	27
Praia	214	191	732
Ribeira Grande de Santiago	4	3	6
São Domingos	7	32	42
São Lourenço dos Órgãos	0	3	6
São Salvador do Mundo	1	1	0
Santa Catarina	25	22	128
Tarrafal de Santiago	0	7	99
São Miguel	23	21	44
Santa Cruz	36	104	107
São Filipe	131	328	311
Santa Catarina do Fogo	2	7	58
Mosteiros	30	49	109
Brava	11	43	24

Fonte: Polícia Nacional (MAI)

O número de casos de maus tratos à mulher/companheira registados pela Polícia Nacional vem aumentando consideravelmente. Entre 2010 e 2011 o número de casos duplicou em 11 concelhos ao mesmo tempo que aumentou conside-

¹⁰Os dados seguem a nomenclatura estabelecida pelo Código Penal de 2004, que criminaliza a “agressão ou maus tratos” praticada sobre a conjuge (artido 134). A partir de Março de 2011 a Lei da VBG entrou em efectividade, introduzindo a “violência baseada no género” (ver dados da PGR que se seguem).

ravelmente noutros 6. Entre 2011 e 2012 este valor voltou a duplicar em 9 concelhos, aumentando consideravelmente noutros 3. O aumento do número de casos registados pela Polícia decorre certamente da maior consciência individual, institucional e social de que este tipo de violência não é aceitável. Indica ainda que o novo quadro legal, que entrou em vigor em Março de 2011, está a ser implementado: com efeito, no quadro da Lei da VBG este tipo de violência passou a ser crime público, de denúncia e investigação obrigatória e, havendo matéria, de procedimento judicial.

Violência Baseada no Género (VBG) - Ano Judicial 2011-2012

Comarcas	Transitados	Entrados	Total	% Transitados em relação ao total	Resolvidos	Pendentes	% de processos resolvidos
Total	791	3.237	4.028	19,6	1.138	2.890	28,3
Praia	194	1.441	1.635	11,9	480	1.155	29,4
São Vicente	119	163	282	42,2	76	206	27
Santa Catarina	50	205	255	19,6	17	238	6,7
Santa Cruz	35	146	181	19,3	111	70	61,3
São Filipe	--	313	313	0	0	313	0
Ribeira Grande	26	137	163	16	0	163	0
Sal	185	342	527	35,1	201	326	38,1
Tarrafal	21	153	174	12,1	24	150	13,8
São Domingos	6	50	56	10,7	26	30	46,4
Maio	13	27	40	32,5	34	6	85
Mosteiros	37	28	65	56,9	33	32	50,8
Brava	17	6	23	73,9	23	0	100
Paúl	26	45	71	36,6	38	33	53,5
São Nicolau	27	150	177	15,3	64	113	36,2
Porto Novo	35	31	66	53	11	55	16,7
Boa Vista	--	--	--	--	--	--	--

Fonte: PGR-CSMP, 2011

-- Sem Informação

Verifica-se que um número elevado de processos por crimes de VBG deu entrada nas várias Comarcas do país e que um número significativo de processos foi resolvido (1.138). Contudo os processos resolvidos representam apenas 28,3% dos processos em curso, embora haja variações substanciais na taxa de resolução dos processos por Comarca. Isso significa que 2.890 processos irão transitar para o ano judicial seguinte.

Mulheres e Homens em Cabo Verde Factos e Números 2012

As estatísticas referem-se à expressão numérica de factos e geralmente respondem a questões tais como *quantos* e *quem*. Habitualmente os dados são recolhidos desagregados por sexo, no entanto, nem sempre se divulgam desta forma, tendo os utilizadores de fazer pedidos especiais para obter estatísticas desagregadas.

Publicar e analisar as estatísticas e indicadores desagregados por sexo, é a forma mais efectiva para medir os avanços nas relações de género e ponto de partida para dar visibilidade aos factores que ilustram as disparidades entre mulheres e homens, raparigas e rapazes, assim como para orientar os processos de tomada de decisões a nível de políticas. São instrumentos poderosos de advocacia, promoção e seguimento do cumprimento dos compromissos governamentais e internacionais da agenda nacional de género.



Contactos para a obtenção de mais informações:
INE – Avenida Cidade de Lisboa, Nº 18, C. P. 116. Praia.
Cabo Verde. Tel. (00238) 261 38 27 Fax: (00238) 2611656,
E-mail: inecv@ine.gov.cv, www.ine.cv.

ICIEG - Rua Serpa Pinto Nº 68. Praia. Cabo Verde.
Tel. (00238) 2616271/2615174. Fax: (00238) 261 52 63;
E-mail: icieg@icieg.cv, www.icieg.cv.